

HOMO ECONOMICUS X HOMO AGENS: DIFERENÇAS, SEMELHANÇAS E REVERBERAÇÕES NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Lays Hesse Andrade Silva¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é expor e analisar as semelhanças e diferenças entre o que se propõe como *Homo Economicus* e *Homo Agens*, a fim de entender o modo que as duas vertentes interpretam a natureza humana e as motivações individuais e de qual maneira essa ação humana reflete, dentro de cada uma delas, nas decisões econômicas. Além disso, pretende-se mostrar como, na perspectiva de ciência econômica positiva, a partir da década de 1960, a economia *mainstream* se apropriou de partes da teoria misesiana para reformular as bases do *Homo Economicus*.

Palavras-chave: *Homo Economicus*; *Homo Agens*; Ação Humana; Teoria da Escolha Racional.

Abstract

The purpose of this paper is to expose and analyze the similarities and differences between what is proposed as *Homo Economicus* and *Homo Agens*, to understand the way that the two strands interpret human nature and individual motivations and in what way this human action reflects, within each of them, in economic decisions. Furthermore, it is intended to show how, from the perspective of positive economic science, from the 1960s onwards, mainstream economics appropriated parts of Misesian theory to reformulate the bases of *Homo Economicus*.

Key-words: *Homo Economicus*; *Homo Agens*; Human Action; Rational Choice Theory.

1. Introdução

Dentro do debate econômico *mainstream*, a visão que se tem da economia é de uma ciência evolutiva, por uma noção positiva de ciência. Nessa interpretação, a partir do debate de ideias e de acumulação de conhecimento, algumas divergências vão sendo deixadas para trás e, a partir disso,

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/Ufes). E-mail: layshesse@gmail.com.

uma nova teoria se mostra dominante e capaz de responder tudo aquilo que era conflituoso num momento anterior².

Na história do pensamento econômico, é possível observar diversas discordâncias em relação ao objeto da economia, abordando interpretações divergentes do que seria a essência humana e as motivações para as decisões individuais. Partindo desse entendimento de ciência, as proposições feitas pelos marginalistas, na década de 1870, mostraram-se capazes de preencher lacunas deixadas pela economia política clássica. Portanto, desde então, a escola neoclássica tem dominado a ciência econômica. O *Homo Economicus* racional-maximizador, que toma decisões baseadas em cálculos de custo-benefício, baseia a análise da vertente *mainstream*.

Ao longo das décadas, diversas teorias se opuseram à Neoclássica, como a Escola Histórica Alemã, os socialistas ricardianos, a Teoria Keynesiana, que, até certo momento no período pós-guerra foi dominante na economia mundial, sendo “repatriada” pela tradição neoclássica a partir da síntese proposta por Hicks, e a Escola Austríaca³.

Neste escrito, o enfoque será dado nas divergências entre a compreensão de objeto da economia, indivíduo e ação humana dos neoclássicos, tendo sua origem, principalmente em Jevons, Menger, Walras e Marshall, e a Escola Austríaca, que, por ter sua origem em Menger, aparenta proximidade com a perspectiva ortodoxa. Essa vertente tem como premissa o *Homo Agens* (ou homem agente), termo cunhado por Mises, que se constitui na figura do empresário, determinante dos processos econômicos e da dinamicidade do mercado.

Assim, o objetivo deste trabalho é expor e analisar as semelhanças e diferenças entre o que se propõe como *Homo Economicus* e *Homo Agens*, a fim de entender como as duas vertentes interpretam a natureza humana e as motivações individuais e como essa ação humana reflete, dentro de cada uma delas, nas decisões econômicas. Além disso, pretende-se mostrar como, dentro da perspectiva de ciência econômica positiva, a partir da década de 1960, a economia *mainstream* se apropriou de partes da teoria misesiana para reformular as bases do *Homo Economicus*.

Para tanto, na primeira seção, define-se as bases do pensamento neoclássico, compreendendo o surgimento da noção de *Homo Economicus*, a partir das teoria de John Stuart Mill e Nassau Sênior e da chamada Revolução Marginalista. Logo após, na segunda seção, conceitua-se a praxeologia de Ludwig Von Mises, apontando-a como uma oposição epistemológica à neoclássica, estab-

² CORAZZA, 2009.

³ CORAZZA, 2009.

elecendo o que, na tradição austríaca, em especial a misesiana, denomina-se *Homo Agens*, atividade empresarial ou função empresarial. Na terceira seção, aponta-se diferenças e semelhanças entre ambas as teorias. E, por fim, na última seção, analisa-se a reformulação da teoria da escolha racional proposta por Gary Becker na década de 1960, propondo que, na perspectiva de ciência positiva e conhecimento de fronteira, houve apropriação de partes da teoria misesiana para refundar o indivíduo racional na ortodoxia contemporânea.

2. O *Homo Economicus* e as bases do pensamento Neoclássico

O surgimento da ciência econômica é datado a partir da publicação da *magnum opus* de Adam Smith, *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, em 1776. Desde então, a economia passou a ser entendida como uma ciência moral, compreendendo o homem como um ser racional, movido pelo egoísmo e pela simpatia⁴.

No início do século XIX, com a reinterpretação dos princípios de David Ricardo, Nassau Sênior e John Stuart Mill tornaram-se precursores do *Homo Economicus*, propondo que os indivíduos sempre buscam mais riqueza e menos esforço. Além disso, foram essenciais para fundar as bases da economia como uma ciência positiva, por meio da separação do que Mill chamou de ciência (verdades objetivas) e arte (hábitos, práticas e costumes)⁵.

A partir da década de 1870, abre-se espaço para o surgimento e a ascensão do marginalismo, representado por Stanley Jevons, Carl Menger⁶ e Leon Walras⁷. A partir de então, a forma de pensar o ser humano, atendo-se a contribuições de Sênior, Mill e Bentham⁸, sofreu mudanças substanciais com a chamada Revolução Marginalista⁹. Posteriormente, o marginalismo, especialmente o das

⁴ CORAZZA, 2009.

⁵ CORAZZA, 2009.

⁶ A teoria mengeriana destoa em diversos pontos com as de Jevons e Walras, especialmente na formalização matemática e no entendimento da economia como um ciência estática. Feijó (1998), defendendo a tese da desomonegenização, indica trechos nos “Princípios de Economia Política” de Menger em que ele critica a tentativa de enquadrar a ação humana em cálculos e teorias gerais. No entanto, para fins deste artigo, objetiva-se conceituar e compreender o que se definiu como “essência” humana e motivação da ação humana a partir da base marginalista.

⁷ BLAUG, 1985.

⁸ John S. Mill e Jeremy Bentham são considerados os patronos do utilitarismo e do individualismo metodológico, apesar desses terem se concretizado apenas com a tradição neoclássica. O estudo do comportamento hedonista do ser humano em sociedade, nessa doutrina, é posto como fundamental para a compreensão da ciência econômica. Para tal, cf. BLAUG, 1985; MAZZUCHELLI, 2003.

⁹ Segundo Blaug (1985, p. 294 - Tradução nossa), “o termo ‘Revolução Marginalista’ é usualmente utilizado para se referir às descobertas simultâneas, mas totalmente independentes, no início da década de 1870 por Jevons, Menger e Walras, colocando o princípio da utilidade marginal como a base de um novo tipo de microeconomia estática”.

obras de Jevons, foi utilizado como base dos escritos de Alfred Marshall, pilar da teoria neoclássica¹⁰.

Nessa nova ótica analítica, o ser humano é entendido como um indivíduo (ou agente econômico) que busca maximizar seu bem-estar, - não a riqueza, como posto anteriormente pelos clássicos - por meio de decisões de produção e consumo baseadas em cálculos racionais. Jevons, em *A Teoria da Economia Política Pura*, indica que

o prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo as nossas necessidades com o mínimo de esforço — obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável —, ou, em outras palavras, *maximizar o prazer*, é o problema da Economia (JEVONS, 1996, p. 69).

É, a partir de então, que se tem o abandono da “Economia Política” e instauração do que se denominou de “Economia Pura” ou apenas “Economia”. Dentro do mesmo movimento, os bens (ou mercadorias) perdem a característica de serem frutos do trabalho e seu valor aparece como vinculado aos desejos e à subjetividade individual¹¹. A perda do adjetivo “Política” no estudo da economia se dá ao ponto em que, na visão dos teóricos marginalistas, essa não deve se ater a temas práticos, mas sim universalizar seus princípios, tornando-os gerais e possíveis de explicar a realidade para além dos conflitos sociais e históricos¹². Walras, em *Compêndios dos Elementos de Economia Política Pura*, reafirma a ideia de economia como uma ciência pura, neutra, amoral.

A economia foi colocada no mesmo patamar das outras ciências naturais, na proposição de que as leis da vida econômica se assemelham com as leis naturais¹³, reforçando o caráter positivo dessa ciência. A formalização matemática¹⁴, nesse sentido, torna-se um instrumento fundamental para a generalização da “nova” teoria econômica, visto que

prazer e sofrimento, então, são quantidades que possuem duas dimensões, assim como as superfícies possuem as duas dimensões, de comprimento e largura. [...] Será facilmente aceito que o sofrimento é o oposto do prazer; de forma que diminuir o sofrimento é aumentar o prazer, acrescentar sofrimento é diminuir o prazer. Assim podemos tratar o prazer e o sofrimento como as quantidades positivas e negativas são tratadas na Álgebra (JEVONS, 1983, p. 64-66).

O que se tem como essência do problema econômico dentro do marginalismo é o dever de encontrar o ponto ótimo para a alocação de capital e trabalho na produção de bens, em que a satis-

¹⁰ BLAUG, 1985.

¹¹ CORAZZA, 2009.

¹² MAZZUCHELLI, 2003; MENGER, 1983.

¹³ CORAZZA, 2009.

¹⁴ Uma das características principais do marginalismo foi a adoção de métodos matemáticos, com excessão de Menger, que entendia a ação humana como muito complexa e não passível de reducionismo estático (QUINTAS, 2018).

fação individual e dos consumidores, no caso das firmas, seja maximizada¹⁵. Menger (1983) define a economia como a ciência da alocação de recursos e da satisfação de necessidades materiais e psicológicas.

A filosofia utilitarista, em que se apoia a tradição marginalista, em especial Jevons, na figura de Jeremy Bentham e John S. Mill, em termos gerais, interpreta a sociedade como atômica, uma junção de indivíduos isolados, racionais e maximizadores, com desejos e motivações distintas, mas que, por meio das trocas, conseguem realizar suas vontades¹⁶. Logo, o interesse coletivo pode ser compreendido apenas como a soma de interesses individuais. O atomismo é um ponto central na análise neoclássica, em que o papel principal das decisões econômicas é conferido ao indivíduo (ou átomo social)¹⁷.

A concepção do indivíduo na tradição neoclássica, “esteve atada tanto ao entendimento do homem [...] como imutável em sua natureza egoísta e maximizadora de um lado, e, de outro, à busca por uma teoria econômica e social que se assemelhe à precisão, ao rigor e à generalidade das ciências naturais.” (ANGELI, 2011, p. 10). Em outras palavras, o axioma básico da teoria marginalista é o da racionalidade usada em busca do maior bem-estar. Esse, segundo seus principais teóricos, deveria ser o único objetivo da ciência econômica¹⁸.

O que se convencionou a chamar de *homo economicus* (ou homem econômico), expressão maior da teoria neoclássica, em Menger se materializa na figura do homem mengeriano, que, em breves termos, é aquele que deseja e age para satisfazer as suas necessidades, dado seu conhecimento limitado e as suas restrições momentâneas¹⁹. Em Jevons, o indivíduo aparece como um consumidor calculista, que compara a utilidade e desutilidade de bens, a fim de tomar decisões que maximizem seu prazer²⁰. Há em comum entre todos os marginalistas a afirmação de que, é por meio das trocas, das relações de mercado, que os seres humanos se igualam uns aos outros e conseguem, da melhor forma possível, alcançar sua forma essencial e satisfazer todas as suas necessidades. É

¹⁵ Nesse ponto, em sua obra “Economic Theory in Retrospect”, Blaug (1985, p. 295 - Tradução nossa) aponta que “a essência do problema econômico era procurar pelas condições em que a uma dada produtividade, os serviços fossem alocados de forma ótima, gerando resultados competitivos, ótima no sentido de maximizar a satisfação dos consumidores.”

¹⁶ MAZZUCHELLI, 2003; PAULANI, 2005.

¹⁷ ANGELI, 2011.

¹⁸ MENGER, 1983; JEVONS, 1983.

¹⁹ MORGA, 2006 APUD ANGELI, 2011.

²⁰ JEVONS, 1983.

através das trocas no mercado que os indivíduos são livres e capazes de exercer sua natureza de forma plena.

Marshall, tomando como pressuposto básico de sua teoria a concepção marginalista de *homo economicus*, em *Os Princípios de Economia*, estabelece que

ninguém pode comparar e medir exatamente, um em relação a outro, nem mesmo os seus próprios estados de espírito em momentos diversos, nem tampouco pode alguém medir os estados de espírito de outrem, senão indiretamente e por conjectura através de seus efeitos (MARSHALL, 1966, p.86).

Ou seja, a única maneira de se equiparar desejos e necessidades seria por meio do dinheiro, adquirido pelo trabalho, e utilizado na efetivação das trocas.

Em resumo, a tradição neoclássica, fundamentada, em parte, nos teóricos marginalistas, entendem o indivíduo racional maximizador (ou *homo economicus*) como o protagonista dos processos sociais e a satisfação de seus desejos e necessidades, sempre buscando prazer à dor, como objeto central do estudo da economia. Mankiw (2018, p. 6 - Tradução nossa), define indivíduo racional como aquele que “sistematicamente e de maneira proposital, faz o melhor que pode para atingir seus objetivos, dada certas possibilidades disponíveis”.

A Economia *Mainstream* (ou Neoclássica) focaliza seus esforços em compreender e teorizar em cima de escolhas individuais, tanto em relação à produção, com a alocação eficiente dos fatores, quanto ao consumo, empenhando-se a proporcionar sempre a melhoria do bem-estar individual. Para os neoclássicos, o importante é prever o comportamento individual humano baseado em como as pessoas reagem a incentivos e como as trocas podem melhorar a satisfação de todos que dela participam.

3. A Praxeologia e o *Homo Agens*

Mesmo Menger sendo considerado o fundador da Escola Austríaca, a consolidação de sua epistemologia e metodologia é reivindicada à Ludwig Von Mises, que desenvolveu a Praxeologia²¹. Angeli (2018) pontua que, os austríacos antes de Mises²² colocavam-se apenas como colaboradores do desenvolvimento da economia *mainstream*, não se apresentando como uma alternativa epistemológica.

Para desenvolver a praxeologia, Mises utiliza uma abordagem apriorista, em que entende a ação humana como parte da natureza do ser e todas as experiências posteriores são derivadas desse

²¹ FREIRE, 2007.

²² Assim, entende-se como a tradição austríaca pré-misesiana, principalmente, por Menger, Böhm-Bawerk e Wieser (ANGELI, 2018).

caráter primeiro. Ou seja, pressupõe-se que os fatores que condicionam a consciência humana não são dados pelo empirismo, mas sim por um fator *a priori* (ou anterior), já imbuído nessa consciência. Freire (2007, p.16) acrescenta que “para Mises, o fato de que indivíduos agem e utilizam meios escassos para atingirem objetivos é um fator significativo que caracteriza a essência humana”. A partir disso, a praxeologia se propõe a compreender os resultados formais derivados desse axioma central²³.

Isso pode ser percebido quando em sua obra, “A Ação Humana”, Mises explica que

A mente humana não é uma tábula rasa na qual os eventos externos registram sua própria história. está equipada com o ferramental necessário para compreender a realidade. o homem adquiriu esse ferramental, isto é, a estrutura lógica de sua mente, ao longo de sua evolução de uma ameiba até o estado atual. Mas as ferramentas são anteriores a qualquer experiência. (MISES, 2010, p. 62).

Esse entendimento de ação humana resulta na concepção de que o indivíduo não tem capacidade de prever seu futuro, pois, se isso fosse possível, as ações (ou os meios) não fariam diferença. Portanto, Rothbard (1976, APUD FREIRE, 2007, p.16) define que “ação implica que vivemos em um mundo de futuro incerto ou não completamente previsível”.

Verifica-se, assim, que os indivíduos agem e consideram certos meios objetivando atingir determinados fins, não sendo, necessariamente, a melhor escolha possível. Posto isto, a questão central para a Escola Austríaca é o conhecimento, entender os meios, suas motivações, e não os resultados em si²⁴. O foco principal é nos processos. É por conta disso que, “embora para a economia praxeológica os indivíduos sejam dotados de capacidade de raciocínio, isso não significa que eles sejam perfeitos ou que não possam mudar suas escolhas ao longo do tempo” (FREIRE, 2007, p. 17).

Na análise econômica, assumem a ideia de incerteza e, conseqüentemente, consideram totalmente inadequado a utilização de métodos das ciências naturais para tal feito²⁵. Isso porque entendem que os processos são dinâmicos e os indivíduos não seguem padrões ao longo do tempo.

É nesse sentido também que os teóricos da escola austríaca reconhecem o papel ativo do agente na economia e na sociedade. A função empresarial, na teoria misesiana, é entendida como a ação social central, como um motor social, que cria e descobre novas formas de se produzir e satisfazer as necessidades das pessoas²⁶. De acordo com De Soto (2010, p.27), “Para os austríacos, num

²³ FREIRE, 2007.

²⁴ FREIRE, 2007.

²⁵ MISES, 2010.

²⁶ DE SOTO, 2010.

sentido geral e amplo, a função empresarial coincide com a própria ação humana. Neste sentido pode-se-ia afirmar que exerce a função empresarial qualquer pessoa que atua para modificar o presente e conseguir seus objetivos no futuro”.

Argumenta-se, ainda, a importância de se compreender que essa forma do indivíduo-empresário altera as informações e, conseqüentemente, as ações futuras dos agentes sociais. Visto que,

Por um lado, criar ou aperceber-se de novos fins e meios supõe uma modificação do conhecimento do agente, no sentido de que descobre nova informação que antes não tinha. Por outro lado, essa descoberta modifica todo mapa ou contexto de informação ou conhecimento possuído pelo agente. [...] [Isso acontece porque] é um conhecimento transmissível, na sua maior parte, de forma inconsciente, através de complexíssimos processos sociais, cujo estudo, segundo os autores austríacos, constitui o objeto de investigação da Ciência Econômica. (DE SOTO, p. 28)

Kirzner²⁷ (2013, APUD ANGELI, 2018), teórico austríaco de tradição misesiana, enfatiza que a ação empresarial é o que promove o movimento econômico e a dinamicidade do mercado, visto que o empresário é uma figura que está em constante estado de alerta e buscando sempre a inovação, para auferir novos ganhos.

Dessa forma, aponta-se como principais características da tradição austríaca o individualismo metodológico, o subjetivismo e o a análise dos processos, determinados pela ação humana, ou seja, ação empresarial. O *homo agens* misesiano é um agente ativo, guiado pelo impulso de estar sempre em busca da melhoria pessoal²⁸. Nessa perspectiva, não se compreende o impulso como parte de uma tendência à maximização da utilidade pessoal. Mas, na verdade, por uma característica mínima de racionalidade que o “obriga” a concentrar esforços no atendimento de suas necessidades²⁹.

4. Principais Diferenças e Semelhanças

A partir do exposto, observa-se que existem divergências metodológicas e epistemológicas entre a teoria neoclássica e a escola austríaca de economia. Aqui pretende-se analisar as diferenças e as semelhanças entre o que se compreende por natureza humana e o papel do indivíduo nos processos sociais.

Em princípio, a tradição neoclássica se diferencia da austríaca no sentido de que a primeira interpreta o ser humano como um indivíduo racional e maximizador, que, dado as todo o conjunto

²⁷ Israel Kirzner é considerado um dos principais autores da Escola Austríaca moderna, contribuindo com ideias sobre natureza e competição dos mercados.

²⁸ DARDOT; LAVAL, 2017.

²⁹ DARDOT; LAVAL, 2017.

de informações que possui, sempre toma a melhor decisão. Todos os agentes são átomos sociais, ou seja, a sociedade é formada pela soma desses átomos. Nesse sentido, pode-se dizer que suas ações e escolhas, apesar de conjuntamente serem entendidas como formadoras das decisões econômicas, isoladamente têm pouco ou nenhum impacto nessas³⁰. Os austríacos, por sua vez, desenvolvem o que chamam de função empresarial e a colocam essa como propulsora das inovações e mudanças da sociedade. Logo, o indivíduo (ou empresário) é central no desenvolvimento dos mercados, por essa força ser entendida como sinônimo de ação humana (ou essência humana)³¹.

A partir disso, pode-se observar oposição de análise também em relação ao que o foco da ciência econômica. Enquanto os neoclássicos interpretam a economia como a ciência da alocação de recursos e da satisfação de necessidades materiais e psicológicas³² e julgam como princípio básico o estudo do equilíbrio de mercados. Para a Escola Austríaca, ela é o resultado da ação humana, da atividade empresarial, que, de acordo com as características aprioristas da mente humana e a subjetividade agentes, conforma-se de determinada forma.

Colocando o processo de mercado como dinâmico e resultado da ação humana, incapaz de ter seus fins previstos no futuro, os austríacos rejeitam a tentativa de aproximação entre aquela ciência e as ciências naturais³³. Portanto, outro ponto divergente entre as duas escolas de pensamento é em relação à formalização matemática, um aspecto chave para o *mainstream*. Apesar de serem adeptos da racionalidade, a abordagem austríaca desacredita que aquela seja estritamente econômica. Portanto, são contrários à ideia de que os indivíduos tomam decisões sempre visando maximizar seus ganhos³⁴.

Quando se analisa as semelhanças, os principais apontamentos que podem ser feitos é sobre a o individualismo metodológico. Ainda que existam divergências epistemológicas entre as duas correntes teóricas, toda a investigação feitas por ambas parte do indivíduo, sendo essa mais ou menos subjetiva. O mercado, do mesmo modo, por avaliarem que a igualdade entre os indivíduos aparece por meio das trocas, propõe-se como ambiente fundamental para a acentuar a natureza humana, seja ela entendida pelo homem empresarial ou homem econômico, com maior ou menor intervenção do Estado³⁵.

³⁰ ANGELI, 2011.

³¹ DE SOTO, 2010.

³² MENGER, 1983; JEVONS, 1983.

³³ ANGELI, 2018.

³⁴ FREIRE, 2007.

³⁵ BLAUG, 1985; ANGELI, 2018.

5. A reformulação do *Homo Economicus* na contemporaneidade

No início do século XX, no contexto do pós-guerra, a escola neoclássica assistiu o abandono de alguns de seus princípios básicos e a ascensão do postulado keynesiano. Muitas críticas foram feitas à ideia de *Homo Economicus*, principalmente a de era a abstração do homem econômico presunha seres egoístas, autocentrados, com comportamentos padronizados, sem margem para incertezas³⁶. Assim, a partir da década de 1960, surgem teorias, dentro da vertente *mainstream*, que objetivavam refundar as bases do indivíduo racional, com o discurso de preencher lacunas abertas, atualizando essa teoria.

Gary Becker, um dos principais nomes dessa vertente, em seu ensaio *Um Modo Econômico de Olhar a Vida*, define que as motivações individuais vão além de escolhas materiais ou pelo egoísmo, colocando que, na verdade, a abordagem econômica da teoria da escolha racional

É um método de análise, não uma suposição sobre motivações particulares. Em conjunto com outros colegas, tenho tentando empurrar economistas para longe da narrativa estreita do egoísmo. O comportamento é direcionado por um conjunto muito mais rico de valores e preferências (BECKER, 1996, p. 139 - Tradução nossa).

A partir disso, dá outro sentido ao indivíduo racional, abrindo espaço para critérios subjetivos e psicológicos de escolha, para além do homem econômico, apontando que

A análise presume que indivíduos maximizam o bem-estar como entendem isso, sendo eles egoístas, altruístas, leais, rancorosos ou masoquistas. Seus comportamentos são voltados para o futuro e têm consistência ao longo do tempo. Em particular, eles tentam antecipar, da melhor maneira possível, as consequências incertas de suas ações. Todavia, o comportamento de olhar para o futuro pode ainda estar vinculado ao passado e pode, do passado, extrair grandes fantasmas em forma de atitudes e valores (BECKER, 1996, p. 139 - Tradução nossa).

Ou seja, as ações individuais são determinadas por inúmeros fatores, como sociais, de renda, familiares e o tempo³⁷. A noção de homem econômico é expandida, de uma interpretação puramente de escolhas entre produção e consumo, para sua entrada na vida social, tornando-o ator principal não só da economia, mas também da sociedade³⁸.

O objeto da análise econômica, nesse sentido, é generalizado para outros âmbitos da vida. Passa-se, então, a entender a ciência econômica como capaz de teorizar sobre toda e qualquer conduta racional³⁹. Foucault (2008, p. 368) aponta que, dentro dessa reinterpretação neoclássica, “a

³⁶ CORAZZA, 2009.

³⁷ BECKER, 1996.

³⁸ FOUCAULT, 2008.

³⁹ FOUCAULT, 2008.

conduta racional é toda conduta sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma portanto sistemática”. Portanto, a economia pode se colocar como a ciência que responderá a essas variáveis.

Na visão clássica, o *Homo Economicus* era entendido como um átomo social, que, seguindo seus interesses, preferindo sempre o prazer à dor, convergia, espontaneamente, seus desejos com os de toda sociedade. Dentro da nova perspectiva, o homem econômico deixa de ser estático, passivo, e aparece como um indivíduo mais ativo, tendo capacidade de modificar o meio e responde a suas modificações⁴⁰. Becker, a partir dessa teorização, reinterpreta questões sociais como a discriminação contra minorias, a criminalidade, o capital humano e a família.

É proposto por ele que, entendendo indivíduo e suas motivações fundamentados na racionalidade, a ciência econômica, como uma ciência semelhante às naturais, consegue prever e matematizar todas as decisões, independentemente sendo decisões de produção e consumo ou de qualquer que seja a área da vida. Becker (1996, p. 155 - Tradução nossa) afirma que “Um passo importante para estender a análise tradicional da escolha racional individual é incorporar na teoria uma classe muito mais rica de atitudes, preferências e cálculos.” Logo, conclui-se que o caráter subjetivo do *Homo Economicus*, e, conseqüentemente, a economia, aprofunda-se ainda mais.

Dessa forma, é possível traçar semelhanças entre a nova base do indivíduo racional neoclássico e a teoria misesiana, em especial no que se entende pelo caráter subjetivo das escolhas individuais, da assimilação do tempo na leitura do *mainstream* e na compreensão do ser humano como um ser ativo na sociedade. Foucault (2008) propõe que um dos planos de fundo da teoria de Becker são os escritos de Mises, principalmente sua obra *A Ação Humana*.

6. Conclusões

É possível observar divergências entre o pensamento neoclássico e o austríaco, em especial sobre o papel do indivíduo no processo econômico, em que, para este, o mercado é dinâmico e afetado pela ação humana, e na impossibilidade de se ater a previsões, visto que a realidade é passível de mudanças, o que torna o futuro incerto. Grande parte da literatura sobre a Escola Austríaca de economia compreende essa doutrina como uma oposição à Teoria Neoclássica, que, de fato, pode ser uma interpretação válida quando se analisa as diferenças epistemológicas e metodológicas.

No entanto, é interessante avaliar que, partindo do entendimento da economia como uma ciência evolutiva, com necessidade de ser falseada a todo momento, Gary Becker propõe uma nova

⁴⁰ FOUCAULT, 2008.

interpretação da teoria da escolha racional, incorporando parte da teoria misesiana em sua análise. Tornando a noção de *Homo Economicus* mais subjetiva e expandindo o horizonte da análise econômica para além do campo de produção e consumo.

O *mainstream* contemporâneo avançou sua investigação para fatores tanto da vida pública e da privada, apontando para um sentido de controle ainda maior da vida. Isso porque, entende-se que é por meio de cálculos de custo-benefício que todas as decisões da vida são tomadas, tanto em relação à cometer ou não cometer um crime, casar ou se divorciar, fazer faculdade ou não, são todos problemas passíveis de serem respondidos por meio do cálculo econômico. Essa nova visão tem aberto espaço, na forma de sociabilidade que se tem hoje, para o controle ainda maior da vida.

Referências

ANGELI, Eduardo. Caminhos da Escola Austríaca: relação com ortodoxia, engajamento e produção de novo conhecimento. **Nova Economia**, Belo H, v. 28, ed. 2, 2018.

BECKER, G. **Accounting for tastes**. Cambridge: Harvard University Press, 1996. p. 139-161.

_____. UMA DISCUSSÃO SOBRE O INDIVIDUALISMO EM ECONOMIA. **IX Congresso Brasileiro de História Econômica**, Curitiba, 2011.

BLAUG, Mark. **Economic Theory in Retrospect**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CORAZZA, G. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. **Revista de Economia**, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/17206/11340>. Acesso em: 6 dez. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE SOTO, Jesús. **A Escola Austríaca**: mercado e criatividade empresarial. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

FEIJÓ, Ricardo. REPENSANDO A REVOLUÇÃO MARGINALISTA: uma síntese da recente crítica historiográfica às interpretações do período. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ed. 30, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Lucas. A PRAXEOLOGIA E A ESCOLA AUSTRÍACA: uma análise introdutória. **Multi-face**, Belo Horizonte, ed. 1, 2007.

JEVONS, Stanley. **A Teoria da Economia Política**. 1. ed. São Paulo: Abril, 1983.

MANKIW, Gregory. **Principles of Microeconomics**. 8. ed. Boston: Cengage Learning, 2018.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**: um tratado introdutório. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1966.

MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. 1. ed. São Paulo: Abril, 1983.

MISES, Ludwig. **Ação Humana**: um tratado de economia. 3. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

_____. **As seis lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2009.

MUZZUCHELLI, Frederico. Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, ed. 1, 2003.

PAULANI, Leda. A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA NA TEORIA MODERNA: MARXISTAS X NEOLIBERAIS. **Textos para Discussão FIPE**, São Paulo, ed. 13, 2009.

QUINTAS, André. **Do *Homo Economicus* ao *Rational Economic Man***: uma história do agente económico. Orientador: Diogo Lorenço. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade de Porto, Porto, 2018.

WALRAS, Léon. **Compêndios dos Elementos de Economia Política Pura**. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1966.